

30 de novembro de 2021 – 05/2021

BOLETIM da REPAM-Brasil

INFORMATIVO VIRTUAL



United Nations
Climate Change

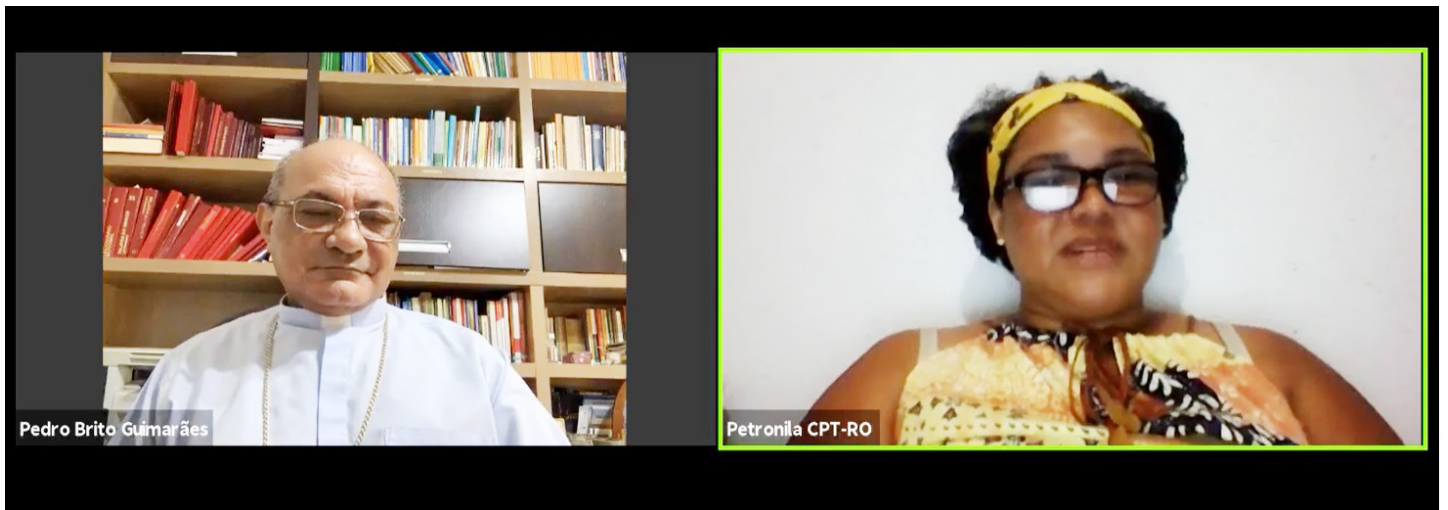


UN CLIMATE
CHANGE
CONFERENCE
UK 2021

IN PARTNERSHIP WITH ITALY



REPAM
REDE ECLESIAL PANAMAZÔNICA
BRASIL



Papo Sinodal discute “Conversão e o caminhada pós-sinodal” e celebra os dois anos do Sínodo para a Amazônia

A Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM-Brasil, realizou na quinta-feira, 7 de outubro, às 16 horas, de modo on-line, mais uma edição do Papo Sinodal. Com o tema “Conversão e caminhada pós-sinodal”, o bate-papo foi realizado via Zoom e transmitido pelas redes sociais da REPAM-Brasil.

[Assista no Papo Sinodal o debate sobre a caminhada pós-sinodal na Amazônia](#)

Com relatos de experiências da caminhada pós-sinodal nos territórios e comunidades da Amazônia, o encontro marcou a celebração de dois anos do Sínodo para a Amazônia. Dom Pedro Brito Guimarães, arcebispo de Palmas, e Maria Petronila Neto, da Comissão Pastoral da Terra (CPT-RO), participaram da discussão.

Dom Pedro destacou a atuação do projeto “Guardiões Ecológicos” da arquidiocese de Palmas, que, segundo o arcebispo, é uma semente e um sinal do Sínodo e dos sonhos do Papa Francisco. “É um sinal do sonho do Papa Francisco, que as pessoas tomem consciência

e percebam a importância da consciência ecológica”, afirmou.

Não há nada mais divino, teológico e religioso do que cuidar bem da natureza. Não é sobre esquerda ou comunismo. É a essência do Evangelho.

Durante o encontro, foram apresentados relatos de experiências da caminhada pós-sinodal do grupo de mulheres da RE-PAM-Brasil e da diocese de Alto Solimões.

Para Dom Pedro, os sonhos do Papa Francisco mostram que outro mundo é possível. “Esses pequenos gestos, como os Cantos Indígenas para o Reino, a Ciranda Sinodal e os Guardiões Ecológicos [exibidos durante o bate-papo], mostram que não estamos parados e que ninguém nos fez parar, nem a pandemia. Por isso é tão importante acreditar que esse Sínodo fez e fará bem a cada um de nós. Ele nos libertou!”

Roteiro celebrativo

Os participantes também acompanharam o lançamento do roteiro celebrativo

“Sínodo da Amazônia: dois anos de sonhos e conversões”. Preparado pela equipe em vista da celebração de dois anos da realização do Sínodo, o material propôs um roteiro para que as comunidades, paróquias e grupos pudessem celebrar o Sínodo e a nossa *Querida Amazônia*.

Acesse o roteiro [aqui](#)

Sínodo para a Amazônia

Convocado em 2017 pelo Papa Francisco, o Sínodo teve seu ponto alto em outubro de 2019 com a realização da Assembleia Sinodal, em Roma. Antes disso, foram realizadas escutas em todo o território da Pan-Amazônia, oportunidade em que os povos da região puderam falar dos sonhos e da necessidade de se pensar novos caminhos para a Igreja e para a Ecologia Integral. Em 2020, o Papa divulgou a Exortação Apostólica *Querida Amazônia*, em que dialoga com as questões levantadas pelo Sínodo e apresenta os sonhos que tem para a Amazônia.



Sínodo para a Amazônia completa dois anos e REPAM-Brasil divulga roteiro celebrativo

No mês em que se celebrou os dois anos do Sínodo para a Amazônia, convocado pelo Papa Francisco, a Rede Eclesial Pan-Amazônica - REPAM-Brasil, divulgou um roteiro celebrativo. O evento, convocado em 2017, tratou de temas da Igreja e de questões sociais e ambientais dos nove países que têm territórios na Amazônia: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Guiana, Guiana Francesa, Venezuela e Suriname.

O Sínodo para a Amazônia foi uma resposta do Papa Francisco à realidade da Pan-Amazônia. Segundo Francisco, o principal objetivo desta convocação foi refletir e buscar “novos caminhos para a evangelização daquela porção do Povo de Deus, especialmente dos indígenas, frequentemente esquecidos e sem perspectivas de um futuro sereno, também por causa da

crise da Floresta Amazônica, pulmão de capital importância para nosso planeta”.

No Documento Final do Sínodo dos Bispos para a Região da Pan-Amazônia, o texto pede uma conversão que tem diferentes significados: integral, pastoral, cultural, ecológica e sinodal. Em fevereiro de 2020, o Papa Francisco lançou a Exortação Apostólica pós-sinodal *Querida Amazônia*.

Conheça a [Exortação Apostólica pós-sinodal *Querida Amazônia*](#)

Roteiro celebrativo

O roteiro celebrativo “[Sínodo da Amazônia: dois anos de sonhos e conversões](#)”, preparado pela equipe em vista da celebração de dois anos da realização do Sínodo, que propôs um roteiro para que as comunidades, paróquias e grupos pudessem celebrar o Sínodo e a nossa *Querida Amazônia*.

Clique [aqui](#) e baixe o material





REPAM-Brasil e Comissão para a Amazônia da CNBB promovem encontro virtual com bispos da Amazônia

Os bispos da Amazônia brasileira se reuniram virtualmente na sexta-feira, 8 de outubro, para aprofundar as reflexões sobre incidência política e estratégias de posicionamento para garantir a proteção da Amazônia e seus povos e da nossa Casa Comum.

Organizado pela Comissão Episcopal Especial para a Amazônia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Rede Eclesial Pan-Amazônica - REPAM-Brasil, o encontro abordou temas como incidência política, eleições, povos indígenas e os riscos na Amazônia.

Ao saudar os participantes, o presidente da Comissão para a Amazônia da CNBB, cardeal Cláudio Hummes, reiterou a importância do encontro e do tema em discussão e afirmou que “esses encontros são, de fato, muito importantes para nós nos reencontrarmos e refazemos essa rede”.

O cardeal também chamou atenção para o tema e ressaltou o momento sociopolítico que vive o país. “As grandes questões que o Brasil está enfrentando, que nós sabemos que não são poucas e que não são fáceis, acabaram introduzindo uma divisão muito grande no povo brasileiro.

O ódio aos outros, quer dizer, toda essa dificuldade enorme que se instaurou no Brasil é realmente desastroso politicamente, socialmente, culturalmente e até religiosamente, por isso, a importância de discutir esse tema hoje”.

Durante o encontro, Mara Carvalho, assessora jurídica da Comissão Pastoral da Terra (CPT), contribuiu com uma análise da incidência política e apresentou um panorama das pautas que tramitam no legislativo, executivo e em outras esferas públicas que impactam na vida da Amazônia.

Mara destacou os 33 anos da Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, e os retrocessos na pauta dos direitos sociais e constitucionais. Ao falar sobre incidência política, a assessora explicou que a incidência política apresenta “possibilidades de intervenção junto às instituições” e falou sobre a necessidade de utilizar os meios de comunicação de maneira estratégica.

Na sequência, o consultor da REPAM-Brasil, Leon Souza, e a analista de projetos sociais, Arlete Gomes, apresentaram uma retrospectiva das ações de incidência realizadas pelos bispos da Amazônia e seus impactos.

Para Leon Souza o momento fortaleceu os alinhamentos especialmente no que diz respeito à incidência política. Ele explica que a “expectativa é que o trabalho de incidência possa se qualificar cada vez mais para

promover as transformações necessárias na agenda sociopolítica e socioambiental”.

Os participantes realizaram um momento de diálogo em grupos, a partir da pergunta: “como fortalecer os posicionamentos do episcopado da Amazônia brasileira e quais ações devemos priorizar?”. Foram 6 grupos, que em seguida partilharam brevemente, em plenária, os principais pontos dos diálogos.

Dom Pedro Brito Guimarães, arcebispo de Palmas, destacou a palavra “reincidência”, e afirmou que é preciso incidir no tecido social do nosso Brasil que está deteriorado. “Jogar, limpar e consertar as redes, como Jesus chamou os apóstolos nessa dinâmica e nessa didática é a nossa missão. As nossas redes elas se romperam e muitas redes sujaram e ficaram sem uso, por isso, é hora de retornarmos e levar ao conserto essas nossas redes, unir os cabos, os fios e buscar novas agulhas, novas linhas e remendar as redes eclesiais, sociais, políticas e econômicas da nossa vida”, afirmou Dom Pedro, ao refletir sobre o tema.

Após a discussão do grupo, os bispos apresentaram propostas de ação no campo da defesa de direitos e da Amazônia, da formação continuada sobre o processo de incidência política, do acompanhamento e o monitoramento dos Projetos de Lei e pautas específicas, além das eleições de 2022.



REPAM-Brasil divulga segundo episódio da série de vídeos sobre agroecologia, economia solidária e consumo consciente na Amazônia brasileira

A Rede Eclesial Pan-Amazônica - REPAM-Brasil, divulgou na quarta-feira, 20 de outubro, o segundo episódio da série “Agroecologia, economia solidária e consumo consciente na Amazônia brasileira”. O episódio “Agricultura Sustentável e Segurança Alimentar” apresenta o projeto de agricultura sustentável e segurança alimentar, em Bragança-PA.

Confira o #2 episódio da série:

[EP 2 | Agricultura Sustentável e Segurança Alimentar](#)



Iniciativa

A iniciativa pretende dar visibilidade e fortalecer as iniciativas territoriais das comunidades na Amazônia brasileira. A série conta com sete episódios e com a participação de lideranças locais, que partilham as inicia-

tivas de agroecologia, economia solidária e consumo consciente apoiadas e acompanhadas pela REPAM-Brasil.

Os vídeos, organizados pelo setor de projetos da REPAM-Brasil, estão disponíveis nas redes sociais e em uma *playlist* no canal da REPAM-Brasil no YouTube.



No Distrito de Canumã, município de Borba-AM, projeto busca acesso à energia elétrica de qualidade

Enquanto assistimos televisão ou acessamos à internet, mais de 990 mil pessoas vivem sem energia elétrica na região amazônica. É o que mostra o levantamento do Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA), divulgado em 2019.

Os dados mostram que 19% da população de terras indígenas não tem eletricidade. Para as pessoas que moram em Unidades de Conservação, esse número chega a 22% e, para os assentados rurais, é de 10%. [Leia mais](#)

É nesse cenário que o projeto “Luz elétrica de qualidade”, da diocese de Borba, no Amazonas, desempenha um papel fundamental nas comunidades do Distrito de Canumã, no município de Borba.

Incentivar e apoiar os ribeirinhos, indígenas e os moradores do distrito a lutar pelos seus direitos para ter acesso à energia elétrica de qualidade é o objetivo do projeto, que tem ganhado força na comunidade.

A partir do projeto, os moradores criaram a Comissão Movimento Popular Luta por Melhorias, que também articula outras comunidades indígenas e ribeirinhas na região. O grupo é responsável pela organização e articulação de reuniões nas comunidades indígenas e ribeirinhas, que podem ser quinzenais ou mensais.

Com a comissão, as vozes das comunidades e dos moradores chegam até a Assembleia Legislativa, à Amazonas Energia – empresa responsável pela geração e distribuição de energia no Estado do Amazonas, e políticos por meio de ofícios, reclamações e abaixo-assinados.

As coisas que a Comissão faz são simples, mas fazem a diferença no meio do povo.

Irmã Silvana Pauletti, responsável pelo projeto, conta que a criação da Comissão e

o auxílio da REPAM-Brasil ajudaram a chegar às comunidades mais distantes e despertar o interesse pelo tema.

“A Comissão criada nesta luta por melhoria da energia elétrica e o auxílio do projeto da REPAM, ajudaram a chegar nas comunidades mais distantes e despertar o que estava adormecido ou desanimado na luta por melhorias locais. Foram momentos significativos de escuta, registros, reivindicações e propostas dadas à Comissão para juntos somar forças”, ressaltou a religiosa.

Conquistas

A religiosa explica que a partir da luta por melhorias no fornecimento de energia elétrica na região, a Comissão conquistou a confiança da população e muitas reivindicações estão sendo feitas junto à Comissão.

A mobilização da comunidade em torno da pauta diminuiu a falta de energia elétrica na região e tornou possível a realização das aulas no período noturno.



Projeto “Guardiões Ecológicos” capacita comunidades para proteção do meio ambiente e cuidado com a Casa Comum

Com um bioma único, que mistura a biodiversidade da Amazônia e as riquezas naturais do Cerrado, Palmas, capital de Tocantins, abriga o projeto de formação “Guardiões Ecológicos”, que capacita grupos de guardiões para atuar na preservação de rios, lagos e nascentes e no combate ao desmatamento e queimadas e na proteção dos povos e comunidades.

O aumento do desmatamento, queimadas e da ação do agronegócio trouxe desafios e muitas ameaças para os povos e o meio ambiente, o que levou à necessidade de capacitar defensores na proteção do Cerrado e da Floresta Amazônica.

A partir do projeto, a arquidiocese de Palmas pretende implantar 20 grupos de guardiões ecológicos nas comunidades e realizar um processo de formação de multiplicadores, promovendo uma ampla difusão das problemáticas ambientais.

As atividades envolvem mais de 200 pessoas, entre mulheres, homens, jovens, produtores rurais, ribeirinhos, indígenas e moradores das comunidades locais.

Saiba mais sobre o primeiro módulo de formação do projeto Guardiões Ecológicos

O engajamento dos grupos de guardiões, as iniciativas de revitalização de nascentes nos territórios e a criação do Ministério dos Guardiões Ecológicos são alguns dos frutos do projeto.

Criado em agosto de 2021, o Ministério de Guardiões Ecológicos atua no cuidado, na educação, prevenção, proteção, defesa, promoção e produção de significados, atividades e de subsídios, em prol da ecologia integral e da conversão ecológica.

Para Luiza Oliveira, o processo formativo é uma oportunidade para aprender de forma consciente e motivar o trabalho da

comunidade. “A formação é uma oportunidade de ampliar conhecimentos, aprender práticas novas e motivar o eco para transformação da sociedade. Gratidão aos idealizadores de tamanha proeza!”

Leonardo Alves Sampaio conta que o projeto provocou um sentimento de solidariedade e coletividade em prol do meio ambiente e da luta pela mãe natureza.

A realização do projeto provocou em nós e nas comunidades indígenas Xerente um sentimento de que não estamos só na luta pela mãe natureza. A mudança de comportamento das pessoas se dá por meio do conhecimento, destacou Leonardo.

O projeto

A iniciativa é promovida pela arquidiocese de Palmas, em parceria com a REPAM-Brasil, Cáritas Arquidiocesana de Palmas, Ação Social Arquidiocesana de Palmas (ASAP), Fundação Semear Liberdade, Paróquias e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Lizarda-TO e o Centro Universitário Católica do Tocantins (UniCatólica), por meio da Coordenação de Pastoralidade e do Observatório de Ecologia Integral.



**Ano Jubilar
Missionário**



Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

Semana no Congresso: REPAM-Brasil e Comissão para a Amazônia lançaram boletim de incidência política

A Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM-Brasil e a Comissão Episcopal Especial para a Amazônia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lançaram em outubro o informe Semana no Congresso. O boletim apresenta um resumo das pautas e atividades que impactam na vida e nos povos da Amazônia.

Produzido pela equipe de incidência política da REPAM-Brasil e a Comissão para a Amazônia, o boletim tem como objetivo socializar o cronograma de atividades relativas à

Amazônia, pautadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Divulgado semanalmente às terças-feiras, o informativo é organizado com base na pauta semanal da Câmara e do Senado.

Para a diretora executiva da REPAM-Brasil, Irmã Maria Irene Lopes, o boletim é uma oportunidade para o grupo acompanhar de maneira mais sistemática e estratégica as pautas que tramitam pelo Congresso Nacional.

De acordo com Daniel Carvalho, que atua no Setor de Incidência da Comissão para a Amazônia e na REPAM-Brasil, o objetivo do subsídio é possibilitar que os bispos saibam com alguma antecedência o que o Poder Legislativo tem previsto para o terri-

tório amazônico. “A partir disso eles podem refletir sobre as pautas, confrontá-las e incentivá-las”, afirmou.

Incidência política

O informativo faz parte de um projeto maior de incidência política, iniciado em julho deste ano, encampado pela Comissão da Amazônia, que conta com três frentes: formação, incidência e comunicação. A finalidade, de acordo com Daniel, é fortalecer os povos originários em seus territórios e, assim, preservar a floresta em pé.

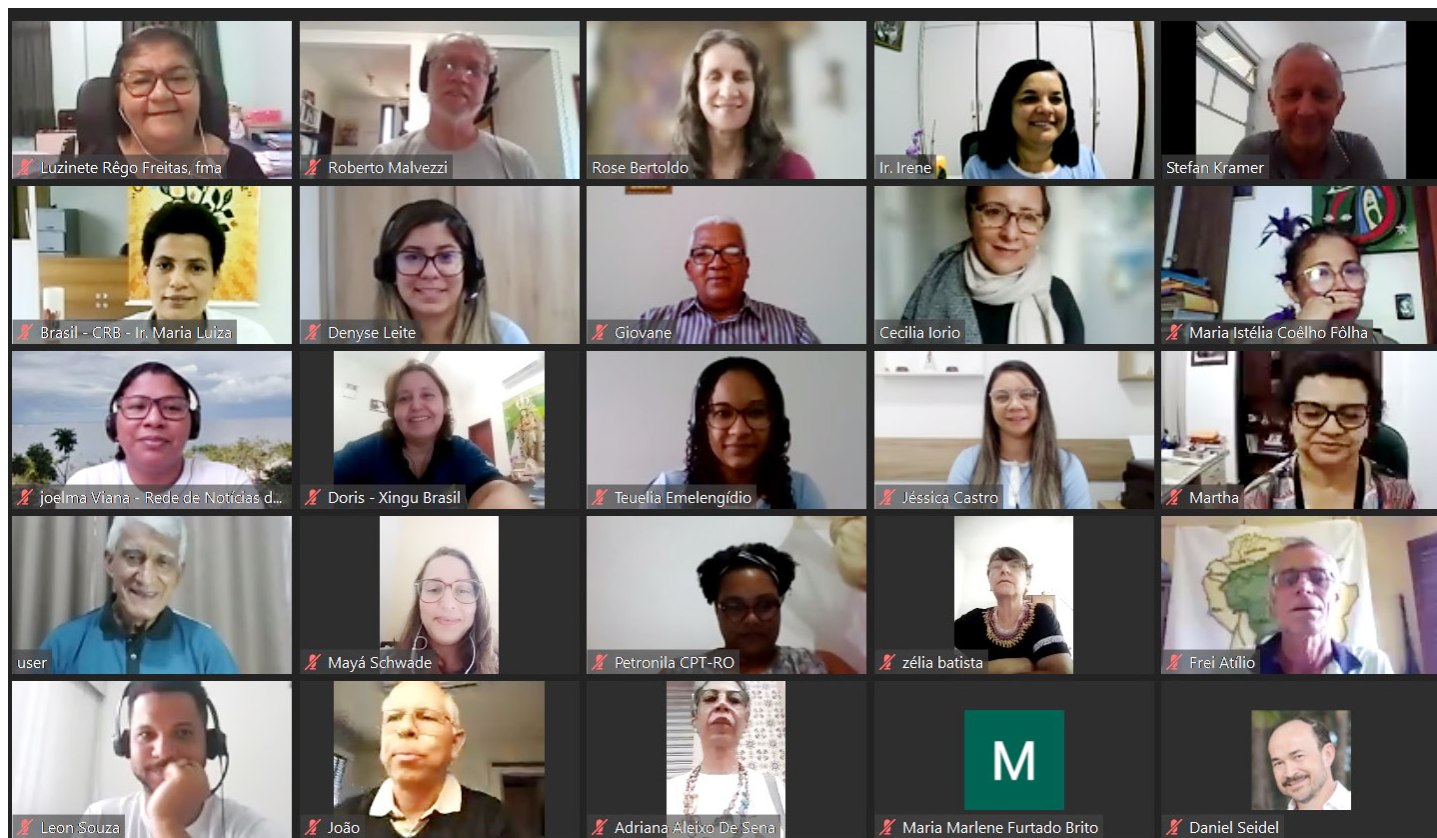
*Comunicação REPAM-Brasil com informações da CNBB**



FIQUE POR DENTRO!

Estamos nas redes sociais, nos siga e acompanhe as notícias da REPAM-Brasil





REPAM-Brasil encerra reunião de avaliação e planejamento do Comitê Ampliado

O encontro teve como objetivo refletir sobre a caminhada de 2021 e pensar ações para o próximo ano à luz das reflexões sobre Redes e Sinodalidade.

Encerrou-se, na quinta-feira, 18, o encontro do Comitê Ampliado 2021 da Rede Eclesial Pan-Amazônica - REPAM-Brasil. Colaboradores, representantes dos eixos e comitês da Rede, bispos da Amazônia, secretários regionais e convidados participaram, de modo on-line, do encontro que ocorreu entre os dias 17 e 18 de novembro.

Participaram também, representando a secretaria da Rede Eclesial Pan-Amazônica - REPAM-Brasil, o secretário executivo, Irmão João Gutemberg, e o secretário adjunto, Rodrigo Fadul.

Durante a abertura do encontro, na quarta-feira (17), a diretora executiva da RE-PAM-Brasil, Ir. Maria Irene Lopes, acolheu os participantes e afirmou que o encontro oferecerá um espaço de reflexão e diálogo sobre as nossas práticas e ações, além de um momento de partilha do trabalho fecundo realizado nos diversos territórios da Amazônia brasileira.

Acompanhe as discussões do primeiro dia da reunião do Comitê Ampliado [aqui](#)

O encontro contou com uma análise conjuntura sociopolítica, realizada pelo sociólogo e professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Luís Fernando Navoa Garzon. Com uma análise dos cenários nacional e internacional e os impactos na Amazônia e em seus territórios, o sociólogo falou sobre fascismo, neoconservadorismo, crise pandêmica, endividamento das nações, despolitização e questões socioambientais.

Luís Fernando afirma que as situações de crise favorecem a concentração e o processo de fusão e aquisições, privilegiando os mais “fortes”. Ele explica que se vive um momento de avanço do necroliberalismo – aprofundamento do neoliberalismo em forma de política de morte – que promove uma guerra de classe e afirma que quando

se olha para a Amazônia e o Brasil percebe-se uma “guerra de classe”.

Para o sociólogo, na pandemia os processos de luta não saíram do cenário, mas que ainda estamos em um processo de síndrome pós-catástrofe, tentando nos recuperar e reunindo forças para sair da imobilidade e “rebrotar de dentro de cada grupo e segmento social organizado”.

O professor finalizou as reflexões apontando alternativas para semear caminhos paralelos, aprofundando acordos, criando novas forças e fortalecendo os movimentos e frentes sociais.

Ir. Cleusa Alves, vice-presidente da Cáritas Brasileira, contribuiu com as reflexões sobre Redes e Sinodalidade. Ela explica que “as redes, assim como qualquer relação social, estão pautadas pelas relações de poder, nela existem conflitos, mas também possibilidades de solidariedade, reciprocidade e compartilhamento”.

A gente constitui Rede quando temos: problemas e desafios semelhantes, direitos comuns pelos quais lutamos, valores e interesses comuns, desejo e possibilidade de alcançar maior pressão política, possibilidade de constituir relações de apoio e de solidariedade e a crença de que juntos podemos chegar a um lugar melhor, afirma a religiosa.

Pe. Zenildo Lima, reitor do Seminário São José, de Manaus, ampliando as reflexões sobre sinodalidade afirma que a própria realização da Igreja está implicada nessa concepção da sinodalidade. “A sinodalidade é a Igreja se realizando, organizando, estruturando, apresentando e se comunicando por causa do Reino de Deus”.

O reitor ressalta que somos formados para anunciar, proclamar, pregar, profetizar, testemunhar e de tantos verbos que sugerem uma ação que parta de nós, a sinodalidade agrega o escutar. Pe. Zenildo também falou sobre a importância de não se pensar a sinodalidade apenas para dentro ou para as dinâmicas eclesiais, mas também para fora.

Ao fazer memória do Sínodo, o reitor destacou que “o Sínodo da Amazônia retirou o véu nos fazendo perceber uma infinidade de iniciativas – às vezes isoladas ou até desconexas, mas resistentes – onde o Espírito está agindo” e afirmou que os “grupos de trabalho, redes e comitês se tornaram uma expressão nova junto à nossa ação”.

Na quinta-feira (18), a analista de projetos da REPAM-Brasil, Arlete Gomes, apresentou as ações e atividades realizadas pela Rede. A apresentação trouxe dados, relatos e os impactos das ações e atividades realizadas e apoiadas pela REPAM-Brasil na Amazônia.

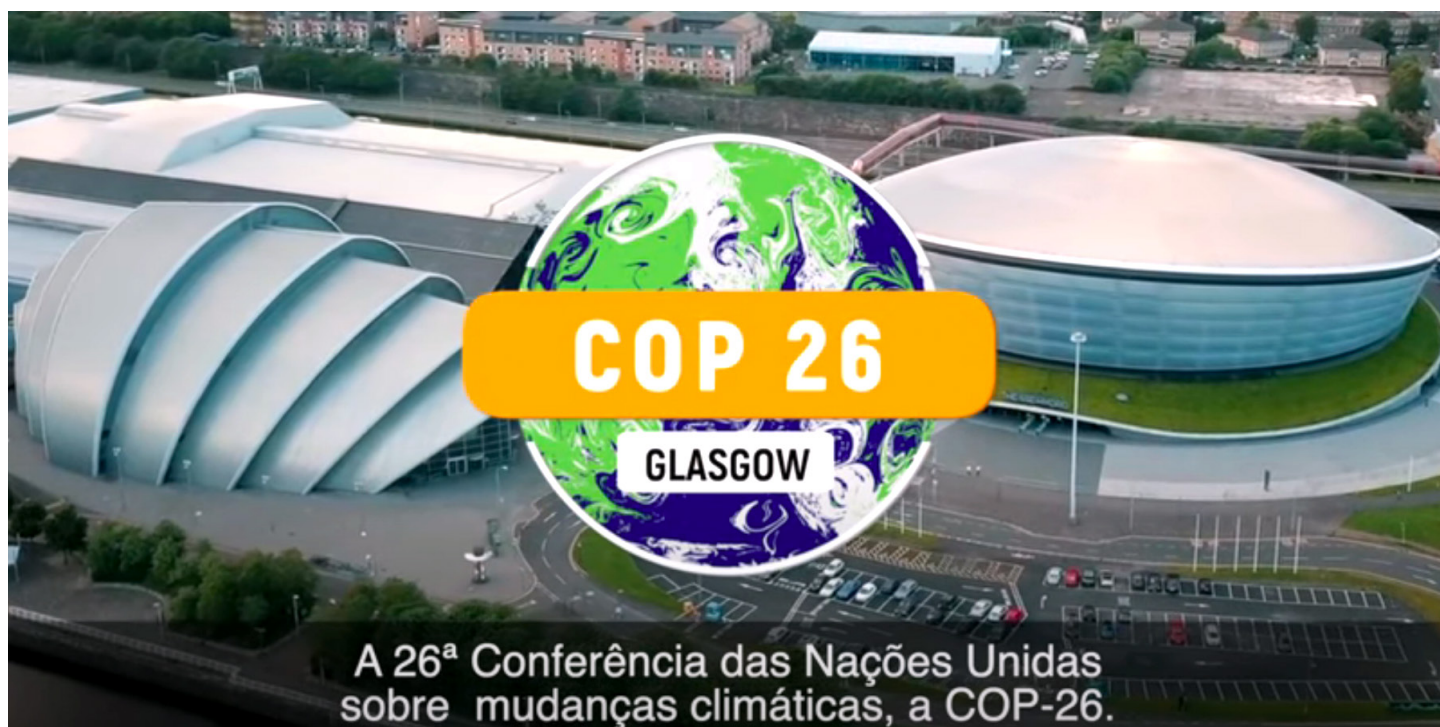
Em outubro, a secretaria executiva da

REPAM-Brasil realizou um processo de escuta e avaliação com os Eixos e Comitês da Rede. A síntese das escutas e avaliações também foram apresentadas ao grupo. O consultor Leon Souza, responsável pela sistematização, apresentou os dados coletados.

Os participantes realizaram um momento de diálogo em grupos, a partir da pergunta: “que elementos sinalizam que atuamos de forma sinodal e em rede e o que vislumbramos na perspectiva de redes e sinodalidade para os próximos períodos da REPAM-Brasil?”. Foram seis grupos, que em seguida partilharam brevemente, em plenária, os principais pontos dos diálogos.

Após a discussão do grupo, os participantes apresentaram as principais reflexões e as propostas de ação para o próximo ano. A síntese, apresentada pelos assessores Rezende Bruno Avelar e Moema Miranda, destacou as reflexões realizadas no primeiro dia de diálogo e nos grupos de trabalho.

A diretora executiva da REPAM-Brasil, Irmã Maria Irene Lopes, finalizou os trabalhos com a apresentação da escuta sobre o serviço da Articulação da Rede, realizada em outubro junto aos assessores, eixos e comitês, além dos próximos passos da Rede, que serão definidos a partir das reuniões de avaliação e planejamento e Assembleia, que será realizada em junho de 2022.



Bispos da Amazônia divulgam vídeo com apelo aos líderes mundiais presentes na COP26

Os bispos da Amazônia divulgaram na sexta-feira, 5 de novembro, um vídeo com um apelo aos líderes mundiais presentes na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26) para que ouçam “o grito da mãe Terra e dos pobres que sofrem com os efeitos das mudanças climáticas”.

No vídeo, os bispos pedem “compromissos urgentes e audaciosos” para combater as mudanças climáticas e proteger a Amazônia, e que “pressionem o governo brasileiro para que se comprometa efetivamente com a defesa dos povos originários, das florestas e das águas”.

Com o vídeo, os líderes da Igreja na Amazônia pretendem mobilizar a sociedade e pressionar o governo brasileiro e outros atores que estão presentes na COP26 para adotar medidas concretas e urgentes de proteção à Amazônia.

Acesse o QRCode e assista ao vídeo!



Mensagem da CNBB, pastorais e organismos da Igreja do Brasil pela COP26: “Ações urgentes, audaciosas e eficazes”

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pastorais e organismos da Igreja do Brasil divulgam na quarta-feira, 10 de novembro, uma mensagem por ocasião da COP26, que aconteceu em Glasgow, na Escócia. A mensagem foi apresentada e referendada pela presidência da CNBB durante a reunião do Conselho Episcopal Pastoral (Consep), realizada na manhã da quarta-feira (10).

No texto, os bispos pedem que os organismos internacionais, governos e todos os segmentos da sociedade civil “combatam as mudanças climáticas e garantam a continuidade de todas as formas de vida, investindo na vida – dom maior e inviolável”.

Na mensagem, os bispos reiteram que a COP26 “desafia o mundo inteiro e precisa

interpelar particularmente o Brasil, que tem territórios e biomas ameaçados”, e chamam atenção para os dados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que alerta para o aumento da emissão de gases de efeito estufa.

A CNBB faz, ainda, um forte apelo aos organismos, governos, empresas e organizações para que promovam rupturas, transformem radicalmente suas estruturas de produção, consumo, e priorizem em suas agendas a defesa dos pobres e da Casa Comum, adotando medidas fortes.

Assinam a carta os presidentes da Comissão Episcopal para a Amazônia, a Comissão Episcopal Especial para a Ecologia Integral e Mineração, a Comissão Episcopal para a Ação Sociotransformadora, o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM-Brasil, Cáritas Brasileira, Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Confira a mensagem na íntegra no [link](#)

Papa Francisco

Na terça-feira, 2 de novembro, o Papa Francisco enviou uma mensagem ao presidente da COP26, Alok Sharma, em que afirma que a “COP26 pode e deve contribuir

ativamente para a construção consciente de um futuro em que as condutas cotidianas e os investimentos econômico-financeiros possam realmente salvaguardar as condições de uma vida digna da humanidade de hoje e de amanhã num planeta 'saudável'".

Confira a mensagem [aqui](#)

Segundo o Pontífice, “estamos todos conscientes da tarefa importante de mostrar a toda a comunidade internacional se realmente existe vontade política para destinar com honestidade, responsabilidade e coragem mais recursos humanos, financeiros e tecnológicos para mitigar os efeitos negativos das mudanças climáticas”.





Mais de 600 pescadores e pescadoras artesanais de todo o Brasil participam de mobilizações em Brasília

Mais de 600 pescadores e pescadoras artesanais de 15 estados participaram em Brasília de atividades de mobilizações e incidências políticas durante a semana do Grito da Pesca Artesanal, realizada entre os dias 21 e 25 de novembro. O evento realizado pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras artesanais (MPP) tem como tema “Em defesa da vida, dos territórios tradicionais pesqueiros, da soberania alimentar e da democracia”.

A mobilização é motivada pelo recente e excludente processo de recadastramento profissional dos pescadores, promovido pelo governo federal, que tem dificultado o acesso dos profissionais da pesca à regularização da profissão. O recadastramento será um dos temas discutidos durante a semana de atividades, que tem ainda a intenção de analisar a conjuntura

dos desafios e resistências das comunidades tradicionais pesqueiras frente às violações de direitos humanos e socioambientais.

Entre as atividades programadas para semana de mobilizações estão a Marcha do Grito da Pesca Artesanal, na Esplanada dos Ministérios, que terá início às 14:30min. do dia 22 de novembro, data em que é celebrada a Revolta da Chibata, mobilização liderada por João Cândido no ano de 1910 e que inspirou o Grito da Pesca Artesanal. Já no dia 24 de novembro, às 13h, será realizada uma Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de Deputados. Na Audiência os pescadores pretendem denunciar o processo excludente de recadastramento que exige recursos como o uso de celular e de acesso à internet.

“O governo impôs, sem nenhuma conversa com os pescadores, um recadastramento totalmente excludente. Um recadastramento que nos obriga a estar de três em três meses fazendo a prova de vida com reconhecimento facial, como se nós fôssemos bandidos”, critica a coordenadora do MPP e pescadora do Ceará, Martilene Rodrigues. O pescador do Amapá e também coordenador do MPP, Florivaldo Rocha, ainda aponta outros problemas relacionados às exigências para o recadastramento. “Boa parte do nosso povo não sabe nem ler, não tem inter-

net, não tem um aparelho de celular. Então é uma dificuldade imensa que está sendo imposta aí ao nosso povo. Alguns estados, mesmo com muita dificuldade, já fizeram alguns (recadastramentos). Mas a maioria dos estados ainda nem começaram devido a essas dificuldades”, denuncia.

O processo de recadastramento é uma obrigatoriedade imposta pelo Estado para os pescadores exercerem a profissão, e a dificuldade na realização do processo é apenas a ponta do iceberg da relação de invisibilidade e de não reconhecimento de direitos que o Estado brasileiro estabelece com os pescadores e pescadoras artesanais há séculos, mas que têm se intensificado nos últimos anos e que por isso tem mobilizado as manifestações do MPP nesse mês de novembro. “Precisamos fazer essas denúncias e trazer para a sociedade e todo mundo que nós existimos, que nós pescamos, que a pesca artesanal existe e que estamos sendo excluídos e exterminados pelo governo com esses grandes projetos e com essas propostas de lei”, critica Martilene.

Os grandes projetos são empreendimentos econômicos que ameaçam e colocam em risco a permanência dos territórios pesqueiros. Resorts, fazendas de carcinicultura, petrolíferas e mineradoras são alguns deles. Para assegurar o direito territorial, atualmente tramita na Câmara

dos Deputados o PL nº 131/2020, que regulamenta os direitos territoriais dos pescadores e das comunidades pesqueiras. A transição lenta pela casa (ainda não foi apreciado por nenhuma comissão) revela a dificuldade do Estado brasileiro em reconhecer a importância das comunidades tradicionais pesqueiras e dos profissionais pescadores artesanais para a manutenção dos ambientes costeiros saudáveis e para a soberania alimentar do país.

Uma das nossas pautas principais aqui é a perda de território para os megaprojetos. Está vindo aí a Economia Azul, um megaprojeto destrutivo para as nossas comunidades. Então nós estamos perdendo muito, avalia Martilene Rodrigues.

O Projeto Economia Azul ao qual Martilene se refere é um plano da Marinha do Brasil, que ambiciona avançar na exploração econômica dos recursos marinhos da costa brasileira, o que promete uma série de impactos ambientais. Algo que os pescadores e pescadoras artesanais já conhecem de perto. Do rompimento das barragens de rejeitos de minérios da Vale, em Mariana-MG, em 2015, passando por Brumadinho-MG, em 2019, e pelo derramamento de petró-

leo no litoral brasileiro em 2019, os pescadores e pescadoras artesanais são algumas das principais vítimas dos maiores crimes ambientais que atingiram o Brasil nos últimos anos e a perda dos territórios pesqueiros mostra-se como um fato concreto, que mobiliza a ação do MPP nos seus 10 anos de existência.

Benefícios previdenciários

Outra preocupação dos pescadores que motiva a mobilização é a dificuldade de acesso aos benefícios previdenciários do INSS, como aposentadoria e seguro-defeso. “Quando a gente fala, por exemplo, de retirada de direitos, a gente começa com aqueles benefícios que são analisados pelo INSS, como o Seguro defeso, benefícios como a aposentadoria, o auxílio maternidade, pensão e que são analisados com uma demora muito grande. E muitas das vezes até negado”, explica Florivaldo Rocha.

A gente está denunciando o próprio INSS, que tem nos excluído. Que não tem atendido as nossas pautas como o seguro-defeso, a aposentadoria dos pescadores e a gente não tem tido resposta alguma, reitera Martilene Rodrigues.

Caminhada em debate

Fundado em 2010, o Movimento dos Pescadores e Pescadoras artesanais completou uma década em 2020, e nesse Grito da Pesca Artesanal há a intenção de avaliar esse tempo de atuação do movimento.

“A nossa luta não é de agora. Não começa com o surgimento da sigla ou movimento MPP. A nossa luta é de muito tempo. Desde o tempo da colonização que os pescadores lutam pelos seus direitos e tem as suas perdas. Mas o balanço que eu faço é que desde o surgimento do MPP e por causa do MPP que nós ainda estamos

nos nossos territórios”, avalia a pescadora Martilene, que está no movimento desde a sua fundação.

Ela acredita que a Campanha pelo Território Pesqueiro foi um marco importante no fortalecimento do movimento. “Os pescadores ficaram mais empoderados a partir da Campanha. As mulheres estão tendo mais visibilidade na pesca, porque eram invisíveis. Não vou dizer que está 100% visível, mas a pesca das mulheres está mais visibilizada. Então temos toda essa vitória”, comemora.

**Com informações da Assessoria de Comunicação do MPP*





Dom Erwin Kräutler: “a COP26, uma junta médica debatendo o futuro do planeta que está na UTI”

D Palavras proféticas, que nos levam a assumir a necessidade do cuidado da casa comum. Assim podemos considerar o que Dom Erwin Kräutler nos diz nesta entrevista, analisando os resultados da COP26 e a realidade do planeta da Amazônia. O bispo emérito do Xingú e presidente da REPAM-Brasil não duvida em afirmar que nosso planeta está na UTI.

Sua fala, sustentada em 56 anos de missão na Amazônia, também tem base científica, recolhendo elementos importantes do Magistério dos últimos Papas. Mais uma vez, que a sociedade e a Igreja católica escutem e respeitem os povos indígenas se torna decisivo para a sobrevivência de um planeta que está entubado.

Que balance o senhor faz da COP26? Se sente satisfeito com os acordos alcançados ou esperava mais?

Quem de nós não esperava muito mais! Mesmo assim, desde o início da COP26, fiquei bastante cético e perguntei-me, será que os verdadeiros responsáveis pela mudança climática vão adotar iniciativas convincentes para cortar as emissões de gases de efeito estufa e manter o aquecimento em torno de 1,5° Célsius?

Sinceramente, já não acredito mais que essa meta possa ser alcançada e, pior – mesmo não sendo cientista climático –, a partir da região do Xingu, onde vivo há 56 anos, me dou conta de que já ultrapassamos esse patamar. Quando comparo a época dos anos 60 do século passado com o clima de hoje, só posso gritar afirmando que o clima mudou. Naquela época ninguém conhecia o ar-condicionado. Hoje hospitais, escolas, hotéis, escritórios e igrejas não dispensam mais as centrais de ar. Muitas famílias com um pouco mais recursos optam por esse benefício para passarem um dia mais agradável ou uma noite bem dormida para acordar descansadas.

Na mesma medida em que, a partir da construção da Rodovia Transamazônica nos anos 70 do século passado, o desmatamento cresceu no maior município do Brasil, Altamira, aumentou significativamente o calor na cidade e nos povoados.

E já que estamos vivendo na era do Coronavírus e recebemos tantas vezes notícias sobre pessoas queridas na UTI, lutando para sobreviver, e quantas vezes as notícias finais se restringem a um seco boletim médico que apenas constata que sucumbiram à agressão do cruel agente infeccioso, comparo a COP26 com uma junta médica debatendo o futuro do nosso planeta que está na UTI.

Cientistas, quais médicos especialistas, estão se reunindo para debater os próximos passos para garantir a sobrevivência do planeta. E o parecer final dessa “junta médica” é avassalador. Porém, os responsáveis por toda essa desgraça, depois de dias de debate, dão recomendações paliativas e se despedem. O paciente continua, de bruços na UTI, entubado. Não consegue mais oxigenar o sangue.

Medidas que deveriam ser tomadas imediatamente para salvar o planeta são receitadas para décadas futuras! Soube ontem que minha sobrinha está grávida. Como será o mundo para esse novo ser humano, ainda agasalhado no seio materno, quando chega à idade adulta?

O Papa Francisco pode ser considerado como um dos grandes impulsores na defesa no cuidado da Casa Comum. Podemos dizer que os conselhos que ele está dando tem força política? Até que ponto suas palavras influenciam a toma de decisões?

Lembro-me com carinho do dia 4 de abril de 2014 em que estive com o Papa Francisco e ele me revelou que estava escrevendo uma encíclica sobre a Ecologia e logo acrescentou: “pero una ecologia humana”. Fez questão de dar uma especial ênfase a este detalhe: “Não trataremos de ecologia de modo apenas genérico. Está na hora de falarmos em uma ecologia ‘humana’”. Aproveitei a oportunidade para insistir que na prometida encíclica não poderia faltar uma ampla referência à Amazônia e aos Povos Indígenas. E o Papa acolheu minha solicitação nos artigos 37/38 e 145/146. “Laudato si, mi Signore”!

Quem cunhou a expressão “ecologia humana” foi o Papa Bento XVI. Em sua Encíclica “Caritas in Veritate” (29 de junho de 2009), insiste: “quando a ‘ecologia humana’ é respeitada dentro da sociedade, também a ecologia ambiental é favorecida” (n. 51). Já o Papa João Paulo II acentuou na sua encíclica “Sollicitudo Rei Socialis” (30 de dezembro de 1987) a nossa responsabilidade em relação ao meio ambiente: “Usá-los (os recursos naturais) como se fossem inesgotáveis, com domínio absoluto, põe seriamente em perigo sua disponibilidade não só para a geração presente, mas, sobretudo, para as gerações futuras” (n. 34).

Na encíclica “Laudato Si” o Papa Francisco teve a intenção de ultrapassar qualquer fron-

teira confessional, política, racial e ideológica e dirigir-se à toda a humanidade em todos os continentes. “Agora, à vista da deterioração global do ambiente, quero dirigir-me a cada pessoa que habita neste planeta” escreveu o Papa na introdução:” pretendo especialmente entrar em diálogo com todos acerca da nossa casa comum” (LS 3). Ninguém pode negar que a encíclica teve forte influência no Acordo de Paris aprovado em 12 de dezembro de 2015 como fruto da COP21.

E desta vez, no contexto da COP26, o Papa Francisco chegou até a cogitar ir a Glasgow. Por que esse plano não se concretizou? Não me convence a alegação que a condição pós-operatória impedisse a viagem do Papa a Glasgow. Pouco depois da cirurgia que sofreu, já foi a Hungria e Eslováquia. Desconfio que questões de operacionalizar a visita do Papa como Chefe de Estado e Sumo Pontífice da Igreja Católica foram a causa de cancelar sua viagem a Escócia. Certamente a presença do Papa teria ofuscado a de todos os outros chefes de estado. Pena, que não foi! Digo isso, exatamente por causa do alerta que fez sobre a COP26: “O tempo está se esgotando; esta ocasião não deve ser desperdiçada”.

Mas, pelos resultados vemos que a COP26 não levou muito a sério o alerta papal. Comparando com a COP21 de Paris 2015

parece-me que se continua estabelecendo prazo atrás de prazo, sempre de novo adiando para décadas distantes o cumprimento de acordos que deveriam ser observados imediatamente. Mais COPs com bilhões gastos terão que acontecer e as negociações irão continuar. “Hasta quando!”. “O tempo está esgotando!” Assim é que falou o nosso papa.

O argumento de que o tempo já esgotou é realista! Já nos encontramos na fase do Plano B: como mitigar as consequências? Quem sabe, o Papa Francisco já esteja pensando numa nova encíclica para declarar-se solidário com as famílias e os povos vítimas dos infortúnios causados pelas mudanças climáticas e convocando mais uma vez as nações ricas deste mundo a socorrer aos povos atormentados e esfomeados.

Em vez de emprestar o estribilho “*Laudato Si*” do “Cântico das Criaturas” de São Francisco de Assis, para uma nova encíclica terá que escolher talvez uma estrofe da sequência “*Dies Irae*” que é daquela mesma época: “*Lacrimosa Dies Illa, qua resurget ex favilla iudicandos homo réus!*” Na fria noite em Viena de 5 de dezembro de 1791, Mozart, já agonizando no leito de sua morte, compôs ainda a sua última e lancinante melodia: um crescendo sugestivo torna a estrofe “Cheio de lágrimas naquele dia em que

das cinzas subirá o homem culpado” cada vez mais assombrosa e estupenda, de sílaba em sílaba sempre mais arrepiante, até finalmente culminar na explosão condenatória do “*homo reus*” – “o homem culpado”!

O Brasil é um dos países onde a falta de cuidado do meio ambiente tem provocado grande preocupação em muita gente. Como a sociedade e a Igreja brasileira deveriam se posicionar para que o poder público assuma esse cuidado como necessidade urgente?

O slogan “a Amazônia é nossa” é muito perigoso. De antemão se recusa qualquer sugestão vinda de fora, taxando-a de intromissão indébita em assuntos internos brasileiros. Hoje, o mundo inteiro está sabendo o que acontece na Amazônia. Cientistas alertam que a Amazônia tem uma função reguladora para o clima planetário. E o ex-presidente Lula certamente vai admitir que o discurso que em Altamira fez no dia 22 de junho de 2010 no contexto da construção da Hidrelétrica Belo Monte, nem no seu governo, nem nos governos subsequentes teve consequências reais:

“Nós precisamos mostrar ao mundo que ninguém mais do que nós queremos cuidar da nossa floresta. Mas ela é nossa. E que gringo nenhum meta o nariz onde não

é chamado, que nós saberemos cuidar da nossa floresta e saberemos cuidar do nosso desenvolvimento”. Governos entram e passam, novos tomam posse, e a situação não muda, antes piora!

A Amazônia não é apenas brasileira. Mesmo que o Brasil abranja a maior parte dessa macrorregião, são nove países que compõem a Amazônia. Por isso as medidas a serem tomadas precisam ser multilaterais, pois devem salvar a Amazônia como um todo e não em porções homeopáticas. Não é atentar contra a soberania brasileira ou de qualquer outro país da Amazônia, quando se defende a tese de que Amazônia é patrimônio da humanidade. Esse fato simplesmente acentua a imensa responsabilidade de cada país de cuidar da Amazônia. Sua função reguladora do clima planetário não se exaure no litoral ou nas fronteiras terrestres.

A grande falha de todos os governos, federal, estaduais e municipais foi sempre e continua sendo a quase total ausência de vontade política de levar adiante um programa sério e sólido de defesa da Amazônia. Os governos deixam-se impressionar com promessas vultosas por parte de megaprojetos, de melhoria nas infraestruturas das cidades, empregos e muito dinheiro. Promessas enganosas! Prova disso é a hidrelétrica Belo Monte na Grande Volta do Xingu, que dei-

xou um rastro enorme de degradação, devastação, frustrações e desencantos.

E já assombra um outro projeto a Grande Volta do Xingu, a uns 40 km de distância da Hidrelétrica. O novo projeto provém da Belo Sun Mining, uma firma canadense, que num prazo de duas décadas pretende investir bilhões de reais e acena com milhões de impostos e outros milhões em forma de royalties para a extração de 74 toneladas de ouro na Volta Grande do Xingu. Para isso terá que retirar milhões e milhões de toneladas de rocha. O que mais espanta nesse projeto é o armazenamento de rejeitos, há poucos metros da margem do Xingu. As promessas são espetaculares. Tudo estará sob controle. Não há possibilidade de algum incidente!

A conversa é exatamente a mesma que se ouviu antes do monumental acidente em Mariana e Brumadinho que causou a morte de centenas de pessoas! Sonhando com muito dinheiro, a grande maioria de políticos acredita piamente que todo o empreendimento estará seguro. Passadas duas décadas, a firma voltará para o seu Canadá. O dinheiro acabou. O ouro se foi! E o Brasil ficará com a bomba-relógio do tamanho de dois “Pão de Açúcar” de lixo de mineração a atemorizar o meio ambiente da Volta Grande e de toda região do Baixo Xingu.

Outra falha é a insuficiente sensibilização em favor da preservação da Amazônia em quase todos os segmentos da sociedade. A crença de que a Amazônia é inexaurível e continua eternamente superabundante parece pertencer ao DNA de grandes e pequenos. É de urgência urgentíssima implementar uma conscientização e ética ambientais, desde o ensino fundamental até o nível universitário.

Na Encíclica *Laudato Sí*, nosso Papa Francisco ressalta: “O ser humano não é plenamente autônomo. A sua liberdade adoece, quando se entrega às forças cegas do inconsciente, das necessidades imediatas, do egoísmo, da violência brutal. (...) Podemos afirmar que carece de uma ética sólida, uma cultura e uma espiritualidade que lhe ponham realmente um limite e o contêm dentro dum lúcido domínio de si” (LS 105).

O senhor tem alguma esperança em que o governo brasileiro possa tomar alguma medida para mudar a realidade no que faz referência ao cuidado do meio ambiente?

Não tenho nenhuma esperança de que o Governo Bolsonaro ainda se empenhe em transmutar sua visão a respeito da Amazônia. Se bem que a frase “Deixar a boiada passar” tenha sido pronunciada por um ex-ministro do Meio Ambiente, o conteúdo dela

revela o pensamento de Bolsonaro. Aliás, nenhum presidente que eu conheci nas minhas mais de cinco décadas vivendo na Amazônia, amou a Amazônia ou entendeu qual é realmente a vocação da Amazônia.

Amazônia, mesmo que abranja em superfície a metade do Brasil, sempre foi considerada “colônia” ou “província”: seringueira, madeireira, mineradora, energética, última fronteira agrícola, enfim, uma colônia a ser explorada até a derradeira gota de sangue, sem cuidar das feridas causadas pelos maus-tratos e curar as chagas abertas, cada vez mais extensas e profundas!

Os povos indígenas, que o senhor tem acompanhado ao longo de sua vida missionária, tiveram um papel em destaque na COP26. Muitas pessoas reconhecem a importância de seus aportes, mas o que falta para que suas propostas sejam levadas a sério? Por que o empenho do governo brasileiro em persegui-los e acabar com seus direitos e territórios?

Assisti com muita satisfação a vários depoimentos de indígenas em Glasgow e aplaudi diante da telinha de meu computador. Apresentaram-se nas suas tradicionais cores faciais e com belos cocares. Seus aportes foram contundentes e emocionantes ao mesmo tempo. Mas, senti no fundo do meu

coração, uma dor angustiante. Sempre de novo me perguntei, qual é que seria realmente a reação dos destinatários e destinatárias da mensagem indígena.

Confesso que tive a mesma sensação durante do Sínodo para a Amazônia em Roma, no mês de outubro de 2019. Indígenas, mulheres e homens dos vários países que compõem a Amazônia, tinham sido convidados para participar de um histórico evento da nossa Igreja. E não se fizeram de rogados. Aproveitaram os minutos de discurso que lhes foram concedidos na aula sinodal para dar o seu recado. Viram o Papa muito atencioso, cardeais e bispos, em sua maioria, ouvindo com empatia. Ganharam aplausos.

Nas idas e vindas à aula sinodal tornaram-se alvos preferidos para fotografias. Já no dia da abertura cercaram o Papa na procissão que partiu de São Pedro e “atrapalharam” o préstito solene programado dentro dos moldes da costumeira disciplina canônica. A famosa precedência eclesial, de acordo com o cargo que um bispo ou cardeal ocupa, simplesmente caiu por terra. Os indígenas tomaram conta da procissão.

O que o Sínodo para a Amazônia tem a ver com a COP26? Os indígenas ficaram em evidência em ambos os eventos! Tiveram chance de se manifestar e o fizeram

com muita propriedade. Mas – aí que está o detalhe – a maioria das e dos participantes consideraram estes homens e mulheres de traços típicos apenas como peças folclóricas para dar ao evento uma dimensão de presença “de todas as nações, tribos, raças e línguas” (Ap 7,9). Nem de longe os indígenas foram realmente aceitos como “iguais” em dignidade e direitos e respeitados nas suas legítimas exigências e reivindicações.

Na nossa Igreja não é muito diferente! Preferimos falar hoje numa perspectiva de “inculturalidade” (cfr. OLIVEIRA, Márcia Maria de. Quando a diferença transforma-se numa ponte. Manaus: Amazonas Atual, 2020), em vez de “inculturação” para substituir um termo que parece insinuar a superioridade de alguma cultura em relação à outra que deve ser “inculturada”. Já o Documento de Santo Domingo sucumbiu à essa tentação quando aconselhou: “Promover uma inculturação da liturgia, acolhendo com apreço seus símbolos e expressões religiosas compatíveis com o claro sentido da fé, mantendo o valor dos símbolos universais e em harmonia com a disciplina geral da Igreja” (DSC, 248).

Quem é que vai determinar o que é compatível ou não, o que está em harmonia ou não, com o claro sentido da fé e a disciplina geral da Igreja? Só convivendo

com um povo é possível conhecer o sentido profundo de suas expressões culturais, falando seu idioma e adentrando o universo de seus simbolismos arcaicos e religiosos. Isso não se pode fazer à uma distância de 10 mil quilômetros, no aconchego de um escritório climatizado.

Há tentativas muito valiosas de dar passos para uma interculturalidade litúrgica, aceitando expressões culturais dos povos indígenas e quilombolas. Quem não lembra o grande promotor dessas tentativas de inculturalidade, o saudoso Dom José Maria Pires! O que falta é coragem, é audácia para dar passos mais significativos.

Hoje, na busca da “interculturalidade”, a realidade em nossa Igreja é bastante intrigante. De uns tempos para cá surgiram cada vez mais pessoas e frações tremendamente racistas, a insultar bispos e padres que aceitam expressões, cânticos, batuques indígenas ou quilombolas numa celebração litúrgica. Não será fácil concretizar as decisões do Sínodo para a Amazônia e os “sonhos” da Exortação Apostólica do Papa Francisco; “Querida Amazônia”. A oposição é virulenta!

Quem é que realmente ama a Amazônia como terra de seus ancestrais de tempos imemorais? Lembro-me da histórica marcha dos povos indígenas em 2000 no contexto dos 500 anos em Porto Seguro. Os indígenas da Amazônia carregaram faixas com dizeres: “Reduzidos sim, vencidos nunca!”. De fato, desde há milhares de anos, a Amazônia é seu lar, sua pátria, o chão de seus mitos e ritos, a ambiente próprio para suas danças e crenças, a terra em que sepultaram seus ancestrais.

Hoje, o que está sendo rejeitado por Bolsonaro e o agronegócio, é a Constituição Brasileira de 1988 que, ao sustentar a existência de terras indígenas, defende a existência de terras fora do mercado capitalista. A palavra de ordem do agronegócio é: “Nenhuma terra fora do mercado!” Contra nossa convicção: “Toda a terra a favor da Vida e da Paz!”. São dois projetos antagônicos: um a favor da Terra para a Vida, o outro a favor da Terra para o Negócio e a exploração e usurpação desavergonhadas.

Entrevista de dom Erwin Kräutler, presidente da REPAM-Brasil, concedida ao padre Luís Miguel Modino.

Expediente

Boletim da REPAM-Brasil

Ano 2 - Edição 05 - novembro de 2021

Publicação Digital

Rede Eclesial Pan-Amazônica/REPAM-Brasil

Presidente: Dom Erwin Kräutler

Diretora Executiva: Ir. Maria Irene Lopes dos Santos

Ecônomo: Pe. Nereudo Freire Henrique

Analistas de Projetos Sociais: Arlete G. dos Santos e Jéssica P. de Castro

Analista de Comunicação: Ana Caroline Lira

Assistentes Administrativas/Financeiras: Denyse Leite e Teuélia Emelengídio

Projeto Gráfico e Diagramação: Vilma Baldin

Redação: Ana Caroline Lira

Revisão: Renato Thiel

Imagens: Arquivos da REPAM-Brasil e Shutterstock

Foto de Capa: Kiara Worth/UNclimatechange

Contato

www.repam.org.br

comunicacao@repam.org.br

(61) 3447-4117 ou (61) 98595-5278

REALIZAÇÃO:



APOIO:



